

## Trauma dos jovens com crise deixa sequelas na economia, diz Marcelo Neri

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Traumas da recessão tendem a persistir. Desigualdade da renda do trabalho cresceu. Governo deveria limitar-se ao 'normal'. Diretor da FGV Social falou ao Poder360. A depreciação da renda do trabalho e o desemprego dos jovens durante a crise econômica podem deixar sequelas no mercado de trabalho mesmo depois da recuperação, diz Marcelo Neri, 56 anos, diretor da FGV Social, em entrevista ao Poder360 na última 5ª feira (20.fev.2020). Segundo balanço de 2019 da instituição, os trabalhadores de faixa etária menor foram os que mais sofreram com a retração econômica –e isso ainda deve reverberar no futuro. “Alguns estudos mostram que os jovens desempregados, depois, quando conseguem emprego, algum dos traumas durante a recessão persistem. Talvez em taxas de criminalidade mais altas”, diz o economista. “A geração da crise é uma geração que não sofre apenas durante a crise, ela sofre depois da crise também. Algumas cicatrizes ficam e isso é preocupante. O choque não é tão transitório quanto gostaríamos que fosse.” Divulgado na 3ª feira (18.fev), o estudo da FGV Social ainda destaca que a desigualdade de renda do trabalho aumentou por 5 anos consecutivos a partir de 2014. “Isso nunca tinha acontecido nas séries estatísticas brasileiras”, observa Neri. Eis os dados (coloque o mouse sobre o gráfico para ver os valores): A partir de dados do IBGE, o levantamento ainda indica que a extrema pobreza cresceu 67% de 2014 a 2018. Assista à íntegra da entrevista de Marcelo Neri ao Poder360 (26min17s): Abaixo, a transcrição da entrevista completa: O que significa extrema pobreza e desigualdade de renda do trabalho? “Extrema pobreza” é ver quantas pessoas não têm o suficiente para as mais básicas necessidades. A gente usa a linha mais baixa das metas do milênio da ONU –é uma linha baixa, de mais ou menos R\$ 90 por pessoa, mas que foi usada de inspiração oficial para o Brasil, e que era utilizada no Bolsa Família, então acho que é uma linha relevante. Houve 1 aumento da extrema pobreza entre 2014 e 2018, que é o último ano disponível, de 67%. Cerca de 3,4 milhões de novos pobres extremos foram incorporados nesses 4 anos. E o 2º conceito, de desigualdade de renda do trabalho, soma a renda de todos os tipos de trabalho –formais e informais– de todas as pessoas do domicílio, e calcula a distância entre as pessoas. A renda do trabalho é  $\frac{3}{4}$  da renda das pessoas, e a gente usa esse conceito porque permite entender o que houve até o final de 2019. Então, é 1 balanço social até o final de 2019. E basicamente o resultado é que a desigualdade sobe durante 5 anos consecutivos, essa desigualdade de renda do trabalho, isso não tinha acontecido nunca nas séries estatísticas brasileiras. Não é o nível mais alto histórico, mas é a duração mais alta de aumento da desigualdade. A boa notícia é que, no final do ano, quando a gente abre por dados trimestrais, a desigualdade sobe e começa até a estabilizar uma ligeira queda. Mas eu diria que é uma estabilidade, então parece que talvez a gente esteja no alto, no topo da desigualdade. O que causou esse aumento de 67% na extrema pobreza de 2014 a 2018? Quais fatores podem ter contribuído para isso? A recessão econômica e o próprio aumento de desemprego, redução de salários, esses ingredientes trabalhistas com a grande crise que o Brasil viveu. Mas é uma crise pior se a gente incorporar a desigualdade. Se desde o começo da crise, no final de 2014 até 2019, a renda média caiu 3%, a renda da metade mais pobre caiu 19%. E a renda dos 5% mais pobres, que são os extremamente pobres, caiu 39%. Então, essa combinação, e principalmente no mercado de trabalho, gerou essa situação. No topo disso, você tem 1 desajuste do Bolsa Família. Mas é importante dizer que é 1 desajuste que já data de 5 anos, não é alguma coisa que se tem falado muito no último ano... Tem 1 desajuste específico na minha opinião, mas ele é mais grave porque ele aprofunda uma crise que já vem desde 2015. Se a gente pegar 2015, a renda do Bolsa Família pela PNAD [levantamento do IBGE] caiu apenas naquele ano 14%, que foi a queda de renda dos 5% mais pobres no Brasil só em 2015, em relação ao começo da recessão. Mais recentemente, o que houve em particular neste ano de 2019 foi a criação de uma fila no Bolsa Família.

Cerca de 900 mil pessoas no final de 2018, comparado com o final de 2017, foram retiradas do programa, e se criou uma fila de cerca de 500 mil pessoas na média do ano, ou quase 1 milhão no final do ano. Então, foi a perda do benefício médio ao longo do tempo [que causou o aumento da extrema pobreza]... Principalmente em anos não eleitorais, o benefício médio não foi reajustado, e em 2015 a inflação era alta. E, mais recentemente, essa redução do número de beneficiários. A taxa média de desemprego chegou a 11,9% em 2019, caindo em 16 Estados do país. Mas a taxa de informalidade atingiu o maior nível desde 2016 no Brasil e em 20 estados. Como o senhor explica essa diferença nos indicadores? E o que pode ter causado essa queda em 16 Estados? Na verdade, o desemprego, que era tido como grande vilão... Na verdade não foi o único vilão dessa perda dos brasileiros. Houve também uma redução do salário, desproteção social. Só que o que acontece é o seguinte: o desemprego que jogava contra, que foi 1 dos vilões, é agora 1 aliado. Ele está em queda; ele é muito alto e está em queda. Então a renda do brasileiro já está no azul agora no último ano. Nesse balanço social, está crescendo por causa do desemprego em queda. A jornada de trabalho, que antes estava caindo, também está aumentando. Tem 2 fatores que sempre jogaram a favor [da queda do desemprego], mesmo durante a crise, que atenuaram a crise... Que foi a participação do trabalhador no mercado de trabalho –o trabalhador foi mais no mercado de trabalho, é uma coisa que depende dele– e ele foi mais à escola. Então a escolaridade e a participação do trabalhador aumentaram, que são as variáveis que estão no alcance dele, mas o mercado de trabalho estava fechado, e agora está relativamente aberto. Há uma variável que permanece em queda, que é o desafio: é a variável ligada a salário, a produtividade, a precariedade do trabalho. É essa variável que a gente precisa trabalhar, precisamos fazer uma revolução na produtividade. De alguma forma, esse foi o principal vilão, e continua sendo. A taxa de desemprego deve continuar caindo nos próximos meses? Desemprego é sempre difícil de prever, porque depende muito das expectativas das pessoas, mas ela já caiu recentemente mais do que os analistas esperavam, e eu acho que ela pode cair. Quero dizer: como o desemprego no Brasil, assim como a desigualdade, estão em níveis muitos altos... Eu acho que devem cair, pelos fatores cíclicos pelo menos, com a retomada da economia. Eu acho que a gente pode ter 1 crescimento, uma volta à melhoria do bem estar social pelas duas contas: pela queda do desemprego, melhora de renda, mas também pela redução de desigualdade. O desemprego entre jovens ficou em 23,8% em 2019, número maior que o dobro da média. E um levantamento da FGV Social divulgado recentemente mostra que eles foram os que mais perderam a renda do trabalho nos últimos 5 anos. Como que essa perda de renda ocorre, por que ocorre? Se a gente pegar o período de crise como o todo dos 5 anos, os jovens perderam 14%, quatro vezes mais do que a média, foi o grupo que perdeu mais. Perdeu mais do que os nordestinos, do que o pessoal da região Norte, do que negros, pardos. De todos os grupos, foi o que perdeu mais. O desemprego já era alto entre os jovens, aumentou mais; precarizou o trabalho entre os jovens, também teve uma diminuição de salário. Só que é importante dizer: os jovens foram os principais perdedores, mas boa parte da perda dos jovens foi até 2017, foi de 2015 a 2017. Os jovens não recuperaram essas perdas ainda; e perderam tanto no começo da crise que eles foram os principais perdedores. E a crise é explicada pelo aumento mais forte do desemprego, que já era alto. Subiu mais entre os jovens. Mas também essa perda de renda, redução de jornada... Em todas as frentes os jovens perderam, com exceção da educação e da participação no mercado de trabalho. Nos 2 variáveis que estão ao alcance dos jovens, eles fizeram a parte deles. Mas encontraram 1 mercado de trabalho ainda mais fechado. Porque o jovem não tem experiência, ele não é contratado, e como ele não é contratado, ele não tem experiência. Então se caiu nessa armadilha. Mas eu não acho que necessariamente a situação do jovem mais para a frente fique estagnada. Eu acho que tem algumas tentativas. A reforma do ensino médio, 2 anos atrás, o Pacote Verde Amarelo de emprego, são tentativas, sujeitas a críticas e a debates. E o próprio fato do jovem ser mais escolarizado, mais conectado com tecnologias digitais, talvez seja um ativo que os coloque em posição melhor do que, por exemplo, as pessoas de meia idade para a frente. Qual é o impacto do desemprego e da perda de renda do trabalho entre os jovens para a economia? Tem um impacto forte e pode gerar sequelas no futuro. Alguns estudos mostram que os jovens desempregados, depois, quando conseguem emprego, algum dos traumas durante a recessão persistem, talvez taxas de criminalidade mais altas. A geração da crise é uma geração que não sofre apenas durante a crise, ela sofre depois da crise também. Algumas cicatrizes ficam e isso é preocupante. O choque não é tão transitório quanto gostaríamos que fosse. No entanto, por outro lado, o jovem é o futuro da sociedade. A gente tem a maior geração de jovens que o Brasil jamais teve e jamais terá, de acordo com as projeções. Então, precisamos ter 1 cuidado especial com esse nosso ativo, porque eles, na verdade, são o futuro do

país. Após 2 meses de queda, a inadimplência cresceu 1,38% em janeiro. Como isso pode influenciar na economia em geral e nos indicadores socioeconômicos do mês? Acho que é 1 indicador antecedente, do começo do ano. A gente está ano após ano esperando uma retomada da economia. Sempre as projeções no começo do ano são melhores do que são as projeções sobre o ano no final do ano, ao longo do ano. Então acho que esse é um indicador antecedente de que talvez a economia não esteja retomando como a gente gostaria. O próprio dado de aumento de renda no final do ano, que a gente levantou, mostra que a renda estava crescendo o equivalente ao PIB. Quero dizer, o PIB do trabalhador estava crescendo 2% ao final do ano. Isso já é um crescimento positivo, mas menor do que a média do ano, que era 2,4%. Por outro lado, a desigualdade não está aumentando. Então, de alguma forma, os mais pobres estão sofrendo menos do que estavam sofrendo antes, e de alguma forma, isso pode ajudar, mas eu acho que esses dados de inadimplência mostram uma certa fragilidade da economia ainda. O monitor do PIB da FGV aponta 1 crescimento maior do que o esperado pelo Banco Central para 2019. O que podemos esperar desse indicador para 2019 e para 2020? O senhor tem alguma projeção de crescimento? Eu acho que 2020, em primeiro lugar, é 1 ano de eleições municipais. Anos de eleições municipais sempre são meio turbinados em algum sentido. Por exemplo, eu acho que esse desajuste que a gente mencionava do Bolsa Família tende a ser corrigido em anos eleitorais. Foi assim em toda série histórica, desde 1981 é assim. É verdade que tem uma restrição orçamentária, uma questão fiscal muito forte no Brasil, mas eu acho que tem 1 lado político, do ciclo político, que pode ajudar, não necessariamente é uma notícia permanente, é uma coisa ligada ao ano. O Brasil tem capacidade ociosa, tem 1 desemprego alto, a desigualdade começa a dar sinais de que vai ceder, então acho que 2020 deve ser um ano melhor do que os outros, não só para o crescimento da economia –talvez para a desigualdade. A gente começa a ver indicadores de bem estar social que caíram muito no começo da crise e ficaram estagnados depois de 2016, mas agora em 2019 já começam a apontar para cima, e eu acho que isso pode ter continuidade. A velocidade ainda é algo a ser observado. Quais são os principais riscos e fatores que podem afetar o PIB em 2020? O próprio risco do ciclo político, que é sempre arriscado, mas você tem o coronavírus, que bota uma variável com parceiro importante do Brasil em particular [China]. Temos também as eleições [norte-]americanas, que é sempre alguma coisa importante. As duas principais economias vivem uma situação por razões diferenciadas que têm algum risco. O mundo está bastante complexo, um pouco conflituado nesses tempos, mas temos estudos que mostram que o Brasil estava mais conflituado em vários aspectos do que o mundo em 2018. Eu acho que isso até explica a eleição do Bolsonaro a partir de uma certa descrença com o sistema, medo de violência, falta de confiança no governo federal. Todos esses dados colocavam o Brasil como o 2º pior em 2018 entre 124 países, e eu acho que é uma situação de desconfiança onde pode ser dado 1 choque de confiança. Eu acho que, se a gestão for menos tumultuada, menos conflituada, só fizer o normal, o Brasil tenderia a normalizar. Isso daria 1 choque de confiança, como houve no Plano Real, como houve no 1º ano do governo Lula, eu acho que 1 choque de confiança –que, na verdade, é reduzir a desconfiança do sistema– poderia ajudar as decisões de investimentos, de contratação, e o próprio bem estar da população, porque viver sob desconfiança é sempre alguma coisa penosa. Hoje em dia, a inflação está baixa. Qual é o impacto que o IPCA atual tem nas classes mais pobres? Há menor perda de renda? Eu acho que o fundamental nisso é o preço dos alimentos. O Brasil está tendo 1 bom desempenho na parte agrícola, depende também dos preços internacionais. Mas, de alguma forma, inflação baixa permite juros baixos, que é 1 outro aliado do Brasil nesse momento. As taxas de juros estão muito baixas, Selic muito baixa para os padrões brasileiros, e isso deve gerar 1 fator expansível. Eu acho que a inflação baixa permite você não ter que combatê-la com o aumento do desemprego. Você permite juros mais baixos, então é uma situação que tende a gerar ganhos para todos, inclusive para as classes mais baixas, não para elas especialmente. O dólar fechou a R\$ 4,36 na 4ª feira, e na 5ª, abriu mais alto ainda (a R\$ 4,39). Já na 6ª feira bateu o recorde histórico, atingindo R\$ 4,40. O que podemos esperar do câmbio para esse ano? Muita flutuação, acho que o câmbio está sujeito a muita flutuação. Ele vai oscilar, e o Brasil tem 1 regime de taxa de câmbio flutuante. Ao mesmo tempo tem reservas internacionais grandes, que tem 1 custo menor, dadas as menores taxas de juros, então manter essas reservas é uma coisa que faz sentido e dá uma certa proteção para o país. De qualquer maneira, nesse regime de câmbio flutuante, se você tiver alguma perda cambial forte, o câmbio ajusta. É preciso também deixar as variáveis ajustarem para você não ter uma perda de reservas, não entrar em uma crise cambial. Mas pelos riscos que eu falei –risco chinês, americano e os próprios riscos internos– o câmbio fica nervoso durante esse período. No início do mês, o Copom reduziu ainda mais a taxa básica de juros (Selic), para 4,25% ao ano. Há expectativa de mais uma queda da Selic ainda

no 1º semestre de 2020? Eu acho que a Selic talvez, como o próprio BC sinaliza, não tenderá a cair mais, pelo menos no curto prazo. Mas ela já está bastante baixa, eu acho que tem uma agenda importante do Banco Central, tenho ouvido uma surpresa positiva, uma agenda que quer dizer “como você permite que aquela queda da taxa básica de juros que já houve seja transmitida em menores taxas de juros ao consumidor, seja ao crédito rotativo, cheque especial etc?” Eu acho que tem uma agenda interessante e relevante levada a cabo pelo Banco Central que pode transformar. Porque tem um paradoxo: a Selic cai, mas a taxa do cheque especial permanecia muito alta. Agora houve algumas mudanças nesse sentido de tentar baratear essa taxa. Vamos observar. Mas eu acho que essa é uma agenda de inclusão financeira bastante interessante. Eu acho que agora seria o momento da gente trabalhar com esse tipo de agenda, dado que a taxa de juros mais baixa permite decisões de prazo mais longo por parte dos consumidores, como por exemplo financiamento habitacional, que está começando a voltar. Eu acho que juros baixos é que nem inflação mais baixa, e que andam juntos: tiram as névoas do horizonte de planejamento do agente e permitem decisões mais ousadas no longo prazo. A Bolsa subiu mais de 30% em 2019. Com as reformas que estão sendo implementadas e discutidas no Congresso, o governo está conseguindo mais confiança dos investidores? De investidores, com certeza. Os investidores desde o 1º momento foram entusiastas do novo governo. E de alguma forma a Bolsa reflete isso. É verdade que não tem tido a entrada de recursos externos, dada a taxa de juros baixa, para financiar títulos do governo. Mas por outro lado, tem havido a entrada em Bolsa de Valores. Se o Brasil de fato deslanchar 1 programa de privatizações pode oferecer várias oportunidades, atrair recursos externos de investimento, não recursos meramente financeiros para se beneficiar das taxas de juros internas do Brasil. É 1 sinal positivo da trajetória brasileira. Agora... eu acho que tem 1 outro grande desafio brasileiro. Talvez não seja ligado à Bolsa, mas está no investimento produtivo. A taxa de investimento no Brasil está muito baixa. No curto prazo ela não precisa crescer, porque tem capacidade ociosa. Mas já em 2 ou 3 anos, se tudo correr bem, a gente vai bater no teto e o investimento vai ser o que vai decidir a trajetória de crescimento do PIB nos próximos anos. Como avalia o 1º ano do governo Bolsonaro no sentido econômico? A reforma da Previdência foi o grande ponto alto desse primeiro ano, recuperou um atraso que o Brasil tinha em relação a outros países, então acho que esse foi o ponto alto. Do ponto de vista da agenda econômica, eu acho que foi 1 ano duro, mas o Brasil precisava fazer alguns ajustes; uma parte deles já foi encaminhada, é só o começo. Mas do ponto de vista do debate da sociedade, é como eu falei: se a gente simplesmente fizesse o normal, o básico, evitasse debates muito ideológicos, acho que o Brasil estaria ainda melhor. Esse impacto da economia impactaria mais o bem estar das pessoas e a própria economia se beneficiaria dessa maior normalidade. Eu acho que tem avanços importantes, e tem lições, como o próprio desajuste do Bolsa Família. Aconteceram algumas coisa parecida no 1º ano de Lula, e eu espero que a gente consiga ter 1 Bolsa Família 2.0, ou 1 Bolsa Família em condições normais, porque eu não acho que faz muito sentido os pobres pagarem o ajuste fiscal que foi feito nos últimos 5 anos no Brasil —e não teve quase ajuste fiscal, porque eles não têm dinheiro para isso. Eu acho que foi 1 balanço positivo do ponto de vista econômico. A desigualdade parou de subir —não chega a ser uma coisa para ser comemorada. Mas do ponto de vista do debate da sociedade, acho que a gente ainda tem muito a avançar, no sentido de despolarizar, de unificar mais o país. Acho que a gente precisava de uma estratégia, uma linha mais Nelson Mandela.





Marcelo Neri, ex-presidente do Ipea e atual diretor da FGV Social, concedeu entrevista ao Poder360 em 20 de fevereiro de 2020 Foto: Thiago Rodrigues/FGV.

